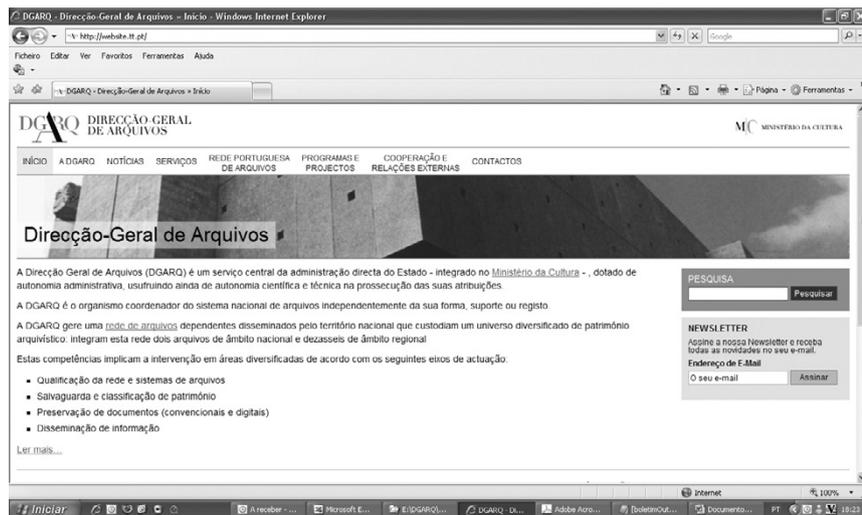


Novo sítio web da DGARQ



APÓS A REESTRUTURAÇÃO ocorrida no âmbito do processo PRACE, a execução da política nacional de arquivos ficou a cargo da nova Direcção-Geral de Arquivos que resultou da fusão entre o extinto Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo e o Centro Português de Fotografia. Este último mantendo a sua existência mas enquanto direcção de serviços dependente da DGARQ.

Esta nova situação organizacional tornava a actual configuração do sítio web profundamente desactualizada. Com efeito a antiga estrutura reflectia a filosofia até aí prevalente da fusão de competências entre o órgão de coordenação da política arquivística – o Instituto dos Arquivos Nacionais – e o Arquivo Nacional propriamente dito – A Torre do Tombo. Com a separação ine-

quívoca desses dois conjuntos de competências, ficou o Arquivo Nacional remetido a uma função exclusiva de repositório de documentos de arquivos e na dependência da Direcção-Geral pelo que não fazia sentido manter um sítio web em que a apresentação desses domínios de intervenção ainda se apresentava fundida.

Para além desta necessidade de reestruturação foi ainda considerada a necessidade de proporcionar presença web a todos os arquivos distritais que ainda não dispunham desse serviço próprio e para os quais se considerava logisticamente complexo vir a ser criado por iniciativa destas unidades orgânicas. Nesse sentido iniciou-se um projecto orçamentalmente previsto para o presente ano de 2008 que consistia na separação em duas estruturas autónomas da Direcção-Geral e



Neste número

- 01 • Novo sítio web da DGARQ
- 03 • Seminário de Preservação Digital
- 04 • Os Cristãos de S. Tomé e os Portugueses
- 05 • O Projecto Framged

EM DESTAQUE

- 06 • *Digitarq*

ARQUIVOS MUNICIPAIS

- 07 • O Arquivo Municipal do Porto recebe o Prémio Nacional de Boas Práticas na Administração Local

AQUISIÇÕES

- 08 • Incorporação da Documentação Alfandegária proveniente da DGAIE

FUNDOS E COLECÇÕES

- 09 • Processos de extinção das casas femininas em Portugal
- 10 • A Conservação do Arquivo Antero de Seabra

INFORMAÇÕES

- 11 • *PARAM*
 - Arquivo Municipal de Albergaria
 - Arquivo Municipal de Vila do Conde
 - Arquivo Distrital do Porto
 - Um Arquivo sempre aberto!
 - Bibliófilos visitam Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AGENDA

- 12 • *Exposições*
 - O Livro Vermelho de um Fotógrafo Chinês
 - Na China 2006
 - Os Arquivos no Diálogo Intercultural



os sítios *web* criados estão conformes ao nível «AA» de acessibilidade o que permite a DGARQ alargar o seu público sem discriminar qualquer cidadão.

Para além de abundante informação relativa à missão e serviços proporcionados pela DGARQ é também a partir deste sítio *Web* que o utilizador poderá ter acesso ao catálogo para pesquisar as descrições e imagens acessibilizadas. O acesso à TT-Online e Digitalarq far-se-á a partir da primeira página do *site* ou através da área relativa a *Rede Portuguesa de Arquivos*.

Uma novidade é a criação de uma loja contendo todos os produtos comercializados pela DGARQ na qual é possível encomendar produtos preenchendo um formulário electrónico. Brevemente será implementada uma

do Arquivo Nacional da Torre do Tombo enquanto estrutura dependente mas com competências específicas de repositório nacional de documentos de arquivo e, por outro lado a criação de uma estrutura tipo para os arquivos distritais e a sua personalização nos nove casos identificados de arquivos que não dispunham de presença *web*. Globalmente foram criadas 11 estruturas autónomas integradas numa plataforma comum de gestão de conteúdos que,

sendo construída em *opensource*, permite de forma muito intuitiva e acessível que cada unidade orgânica possa gerir, adicionar, eliminar e alterar os seus próprios conteúdos.

A acrescentar a estes factores há que indicar a necessidade de adaptar os sítios *web* existentes às regras de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência, facto esse que orientou como prioridade absoluta todo o processo de desenvolvimento que foi levado a cabo. Todos

solução de comércio electrónico que ampliará as possibilidades de aquisição à distância.

Os *sites* do ANTT e dos arquivos distritais mantêm um *layout* idêntico proporcionando informação sobre os serviços prestados, aquisições recentes, instrumentos de descrição disponíveis e informação sobre visitas e extensão cultural.

Francisco Barbedo

SUBDIRECTOR-GERAL

Seminário de Preservação Digital ■

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (DGARQ) realizou, nos dias 24 e 25 de Novembro, um Seminário de Preservação Digital que teve como objectivos:

- 1) Problematizar a Preservação Digital, ao nível teórico-prático;
- 2) Fazer um ponto de situação das iniciativas nacionais nesta área do conhecimento e das preocupações sobre o tema existentes nos projectos que implicam a gestão de informação digital;
- 3) Averiguar em que medida a preservação digital pode ser considerada como factor de dinamização do sistema nacional de inovação.

A iniciativa contou com comunicações de representantes do Plano Tecnológico, UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, Fundação para a Computação Científica Nacional, DGARQ, Biblioteca Nacional de Portugal, Universidades de Évora, do Minho e de Lisboa, Projecto RODA – Repositório de Objectos Digitais Autênticos, Rádio e Televisão Portuguesa, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Geográfico Português e SunMicrosystems Portugal, para além de uma mesa redonda sobre o tema.

Do conjunto das intervenções, permitimo-nos concluir o seguinte:

No contexto da Sociedade da Informação e das iniciativas de Governo electrónico, a Preservação Digital constitui uma preocupação crescente dos profissionais ligados à gestão da informação, atendendo a que os organismos produtores necessitam, cada vez mais, de garantir o acesso continuado à informação operacional cujo prazo de utilização é superior a 7 anos, em condições que assegurem a sua autenticidade. A Preservação Digital não é, pois, relevante apenas para

quem se preocupa com a salvaguarda de informação de conservação permanente que constitui a memória histórica das organizações.

Idêntica preocupação não é ainda transparente na actuação política geral, nomeadamente nos planos e programas estratégicos nacionais orientados ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, do Governo electrónico e da modernização da Administração Pública.

A definição de políticas e estratégias articuladas de Preservação Digital, a nível nacional, deve envolver todos os actores, desde os órgãos de coordenação sectoriais das políticas de informação, às organizações públicas produtoras, universidades, centros de investigação e empresas, e ter o máximo de divulgação possível.

Neste contexto, a DGARQ, dentro do quadro actual das suas competências, definiu e divulgou a sua estratégia, a qual passa por:

- Produzir documentos técnicos de apoio à qualificação dos sistemas de arquivo das organizações, com atenção particular aos que se desenvolvem em ambiente electrónico, a exemplo dos requisitos para a implementação do Plano de preservação digital, (publicados e disponíveis no sítio *web* da DGARQ), que implicam, entre outros aspectos, a classificação, avaliação e selecção prévia da informação produzida que necessita de ser objecto de conservação a longo prazo;
- Fornecer apoio técnico com vista à aplicação dos referidos documentos orientadores e das boas práticas, neste domínio, na medida das possibilidades da DGARQ;
- Criar um Arquivo Digital

Nacional, com a entrada em exploração, já em 2009, do sistema desenvolvido no âmbito do Projecto RODA

– Repositório de Objectos Digitais Autênticos (<http://roda.iantt.pt/>).

O RODA, desenvolvido em parceria pela DGARQ e pela Universidade do Minho, com base no modelo OAIS, é a prova de que a Preservação Digital pode constituir um campo de dinamização do sistema nacional de inovação.

À luz da actual legislação sobre os documentos electrónicos e a assinatura digital, e no quadro das soluções que actualmente viabilizam o acesso continuado à informação digital, a preservação a longo prazo do valor probatório destes documentos encerra um paradoxo: o regime jurídico condiciona o valor probatório à fixação absoluta e perpétua do objecto, quando a transformação deste é condição para contornar a obsolescência tecnológica e garantir o contínuo acesso ao referido objecto. Para ultrapassar este paradoxo foi salientada a necessidade de formular disposições jurídicas específicas para o longo prazo, em simultâneo com o estabelecimento de um sistema de certificação de repositórios, de modo a que o valor probatório de um documento possa deixar de ser aferido exclusivamente pela presença da assinatura digital do seu autor, mas, alternativamente, pela confiança que merece o repositório que o guarda e gere.

A maior parte das apresentações do Seminário, bem como uma versão mais completa destas conclusões (incluindo as responsabilidades dos organismos produtores de arquivos digitais na sua preservação), estão disponíveis no sítio *web* da DGARQ, em <http://www.dgarq.gov.pt>.

Pedro Penteado

DIRECTOR DE SERVIÇOS DE ARQUIVÍSTICA
E APOIO TÉCNICO

Os Cristãos de S. Tomé e os Portugueses ■

QUANDO OS PRIMEIROS navegadores portugueses chegaram à Índia no início do século XVI, encontraram um mundo novo, embora com algumas semelhanças à Europa e ao Mediterrâneo. Para além das comunidades islâmicas do todo o Índico, também descobriram traços de cristianismo no Oriente, em particular na Etiópia e na costa do Malabar na Índia. O encontro entre portugueses e etíopes, tidos como os descendentes do famoso Preste João das Índias, era esperado, mas as comunidades cristãs da Índia eram um verdadeiro achado. Curiosamente, quando Vasco da Gama declarou aos mercadores de Calecute que buscava «cristãos e especiarias», de facto ele estava na presença de ambos.

Calecute, o centro do comércio das especiarias, tinha importantes comunidades semíticas: judeus, muçulmanos, e cristãos. Diferenciados da maioria da população hindu pelas suas tradições levantinas, estes grupos também tinham papéis importantes no trato marítimo. Os cristãos eram muito importantes no cultivo da pimenta e na sua comercialização através dos mercados de Calecute. Privilégios concedidos pelos reis do Malabar relacionados com o comércio de pimenta serviam de garantia de coesão das comunidades cristãs, e da sua relativa prosperidade. O facto de não serem independentes do domínio hindu tornavam-nos menos apelativos para os portugueses, quando estes chegaram à Índia à procura de potenciais aliados contra os «Mouros» espalhados pelo Oriente. Graças a este facto, os cristãos de S. Tomé não suscitaram muito interesse entre as primeiras gerações de portugueses na Ásia.

Embora a figura de São Tomé e suas lendas tenham provocado uma verdadeira caça às relíquias do apóstolo nos anos 1517 a 1545, a igreja que ele fundou foi ignorada até à chegada de missionários nos meados do século XVI. O Arquivo Nacional/Torre do Tombo conserva alguns dos primeiros relatórios com o assunto dos cristãos de S. Tomé, no livro 28 do Armário Jesuítico. Neste colecção de textos escritos por Jesuítas após 1572, encontra-se um relatório entitulado «Enformação da Christandade de S. Thome que esta no Malavar Reino da Índia Oriental de 77» (folios 34v-38r), escrito em Cochim a 4 de Janeiro de 1577 por um autor desconhecido. Este texto parece-nos o resultado duma investigação conduzida por um Jesuíta que residia no Colégio de Cochim e fruto de entrevistas com «pessoas antigas e de credito.» Segundo estes, São Tomé passou pela Índia pouco depois da morte de Jesus Christo, e efectuou os primeiros baptismos no Malabar antes de viajar até à costa do Coromandel, onde foi martirizado na cidade de Meliapor (o futuro São Tomé de Meliapor).

A comunidade de cristãos que S. Tomé fundou na costa oriental da Índia migrou para a região de Malabar nos séculos seguintes à sua morte, fugindo das perseguições. Mas a sua deslocação teve o efeito de que a «pouco e pouco vierão com o tempo a deminuirse e perder a fee ficandolhes alguas reliquias e sinaes exteriores de que foram Christãos.» Claro é que os Jesuítas não reconheceram na sua liturgia, de origem siríaca, mais que uma herança distante da época apostólica, como não fizeram muito caso dos bispos que lhes foram mandados desde

a «Babilonia», a actual Baghdad. Os missionários e o mais clero do Estado da Índia tentaram impedir a chegada dos bispos mandados das igrejas orientais «pollo perigo que ha de serem hereges Nestorianos», mas também para seguirem em frente com os seus projectos de subordinar os cristãos de S. Tomé à igreja romana.

Para os Jesuítas, esta comunidade cristã era um espelho da própria igreja romana, antes de qualquer tentativa de reforma. É bom lembrar que a Companhia de Jesus se dedicava também à educação do clero secular na Europa, e assim prosseguia um programa de reformas destinado a extirpar abusos semelhantes aos que reconhecia entre os padres de S. Tomé. Sobre estes padres locais, chamados Casenares, o autor jesuíta escrevia: «são ignorantes e não sabem Theologia nem casos, e são de vida relaxada tirase muy pouco proveito da confissão.» Mas o trabalho de reformar estes antigos cristãos previa-se duro. Não só eram necessários mais padres vindos da Europa, mas era preciso também um apoio espiritual. Para os Jesuítas, a tarefa de unir estes cristãos com os da igreja romana era um esforço pela maior glória de Deus: «Sera Nosso Senhor servido que em diante as orações dos Padres e irmãos da Companhia os ajudaremos na obra que temos comecada de tal maneira que os ponhamos no caminho de sua salvação.» À distância percebemos que as orações não foram suficientes, a unidade que este esforço provocou só durou setenta anos.

Liam Matthew Brockey
PRINCETON UNIVERSITY

O Projecto Fragmed ■

O PROJECTO FRAGMED – *Corpus Portugaliae Fragmentorum* resultou de uma proposta, apresentada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia¹, por um grupo de docentes da Faculdade de Letras de Coimbra (Saul Gomes, António Rebelo e Mário Santiago) a que se associou Samuel Winkler. O seu objectivo fundamental consistia em proceder à localização, levantamento e identificação em arquivos, especialmente no Centro de Portugal, de fragmentos de antigos códices em pergaminho, em ordem a construir uma base de dados electrónica.

A utilização de fólios de pergaminho de antigos manuscritos, especialmente medievais, foi algo de comum, dentro e fora de Portugal, entre os séculos XVI e XIX. A sua pesquisa motivou vários historiadores como António Vasconcelos e Avelino de Jesus da Costa. Mais recentemente, surgiu o Projecto BITAGAP², privilegiando a detecção e a edição de fragmentos literários vernaculares.

A experiência de investigação em arquivo de alguns dos proponentes do projecto, bem como alguma investigação produzida, desde finais da década de 1980, no âmbito da formação em Codicologia, no Curso de Especialização em Ciências Documentais, da Faculdade de Letras de Coimbra, permitiu verificar que permanecia em aberto um



PT-TT-FRA/21-3 – Fragmento de uma tradução portuguesa da Quinta Partida de Afonso X, de Castela e Leão. Séc. XIV.

levantamento sistemático deste tipo de património documental.

Depois de ultrapassados alguns problemas burocráticos, dois bolséis de investigação, os Drs. Filipa Roldão e Ricardo Gaidão, em Janeiro de 2006, deram início ao levantamento documental. Fizeram-se levantamentos profícuos nos Arquivos Distritais de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu. Em Coimbra pesquisou-se nos Arquivos da Universidade, Municipal e da Misericórdia. Foi, ainda, possível alargar este levantamento aos Arquivos Distritais do Porto, de Santarém e de Évora. Visitaram-se, também, os Arquivos das Misericórdias de Aveiro, Coimbra, Santarém e Évora, bem como os Arquivos Municipais de Cantanhede e Montemor-o-Novo e a Biblioteca Pública de Évora. Recentemente, privilegiou-se o estudo do acervo de fragmentos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Como ações paralelas ao Projecto, promoveu-se, em 26 de Março de 2006, na FLUC, uma sessão científica com o Doutor Arthur L-F. Askins, da Universidade da

Califórnia (Berkeley), tendo este proferido a conferência «O património intelectual português redigido no medievo: projectos electrónicos de divulgação e estudo». Em 12 de Setembro de 2008, teve lugar o Colóquio «O Brilho do Fragmento», na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, acompanhado por uma exposição de fragmentos, dos séculos XI a XVI. O programa do Colóquio contou com conferências de Aires Nascimento, Jesus Alturo i Perucho, Maria José Azevedo Santos, António Manuel Rebelo, Saul António Gomes, Filipa Roldão e Ricardo Gaidão.

Trabalha-se, neste momento, na base de dados electrónica que deverá suportar, numa primeira fase apenas de forma experimental, parte da informação recolhida e semi-tratada, desejando a direcção do Projecto não só apresentar resultados da investigação junto de alguns dos arquivos percorridos, como ainda coordenar com a DGARQ uma estratégia integrada de acessibilidade à informação recolhida.

Saul Gomes

COORDENADOR CIENTÍFICO
DO PROJECTO

1 Projecto sediado no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Financiado pela FCT e pelo Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI 2010), participado pelo fundo comunitário europeu FEDER. (POCI/HAR/62060/2004 e PPCDT/HAR/62060/2004).

2 BITAGAP – Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses. Vd. <http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon/phhmbp.html>.

DigitArq ■

O DIGITARQ É UMA APLICAÇÃO desenvolvida inicialmente pelo Arquivo Distrital do Porto, arquivo dependente da D GARQ – com a colaboração da Universidade do Minho, materializada no plano informático e com a participação financeira do programa Operacional da Cultura e da D GARQ.

Esta aplicação foi desenvolvida para colmatar uma lacuna à altura existente e que configurava uma deficiência crítica para o trabalho arquivístico: a necessidade de automatizar a descrição arquivística e sobretudo, fazê-lo de acordo com as normas de descrição entretanto aprovadas pela comunidade arquivística internacional. O DigitArq foi evoluindo para além deste requisito inicial básico incorporando várias e complexas funcionalidades que actualmente permitem de forma integrada produzir descrições de arquivo, gerir e associar imagens digitais desses documentos, gerir a produtividade interna de descrição e imagem, acessibilizar através de um poderoso e intuitivo motor de pesquisa metainformação gerada sobre documentos e imagens digitais e ainda gerir o processo de balcão e atendimento electrónicos. Esta última funcionalidade está todavia ainda em fase de teste circunscrita ao Arquivo Distrital do Porto.

Embora nascido para satisfazer necessidades internas, o DigitArq tem vindo a ser crescentemente solicitado por outras organizações que pretendem racionalizar os seus próprios processos produtivos no contexto do trabalho arquivístico dos seus acervos. Há indubitavelmente um interesse significativo por parte dos principais actores organizacionais e arquivísticos que não pode

ou deve ser ignorado pela Direcção-Geral de Arquivos.

O DigitArq tem sido pontualmente cedido ao abrigo de protocolos celebrados entre a D GARQ, através do Arquivo Distrital do Porto e as entidades solicitantes. No entanto tal processo não é satisfatório nem prático pela morosidade que comporta.

Por esse razão decidiu a D GARQ distribuir este conjunto aplicacional de forma gratuita e disponível a qualquer pessoa ou organização através do seu descarregamento via *internet* o qual poderá ser feito brevemente no domínio www.digitArq.pt.

Considerou-se dois aspectos que julgamos deverem ser acautelados:

1. A oportunidade de proporcionar um *software* gratuitamente que pode ser aproveitado por organizações para gerir os seus arquivos de forma normalizada e automatizada.
2. A necessidade de influenciar o menos possível o mercado informático. Com efeito não se pretende posicionar o DigitArq como um concorrente a outros *softwares* funcionalmente similares. Por esse motivo esta aplicação será distribuída sob uma licença BSD modificada que sendo complacente com as licenças CC-GNU permite a qualquer

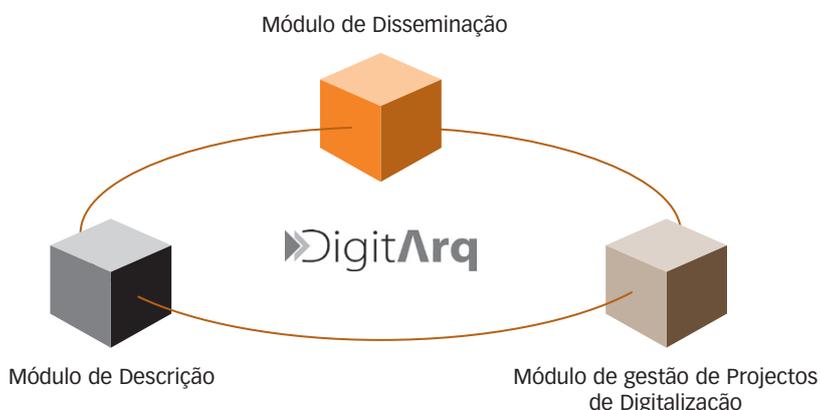
entidade alterar este *software* incorporar o seu código fonte que será abertamente disponibilizado, em código fechado e comercializar esse *software*. As únicas restrições consistem na:

- a) obrigatoriedade de citar as referências ao sw original;
- b) não citar os autores originais do DigitArq a não ser que estes expressamente o autorizem e
- c) não poder utilizar o nome e logotipo do DigitArq caso não tenha havido lugar a modificações.

De resto é possível a qualquer entidade redistribuir o DigitArq sob esta designação desde que as condições atrás referidas sejam respeitadas.

Como contrapartida à gratuitidade da distribuição desta aplicação a D GARQ não fornecerá qualquer tipo de apoio técnico à instalação ou manutenção do DigitArq nem tão pouco organizará qualquer formação relativamente ao funcionamento deste *software*. Para estes propósitos poderá a entidade interessada contratar serviços especializados de informática existentes no mercado.

Arquitectura da plataforma DigitArq



Francisco Barbedo

SUBDIRECTOR-GERAL

O Arquivo Municipal do Porto recebe o Prémio Nacional de Boas Práticas na Administração Local ■

POR HOMOLOGAÇÃO DO SENHOR Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, de 2 de Setembro de 2008, o Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto foi contemplado com o *Prémio Nacional de Boas Práticas*, na categoria A, dedicado à *Administração Autárquica e Modernização*.

Trata-se de uma distinção gratificante para o meio arquivístico, dado que é a segunda vez que um serviço de Gestão da Informação de uma autarquia consegue apresentar um projecto reconhecido no plano nacional. O primeiro caso foi já objecto de notícia nos Cadernos BAD, pela colega Manuela Pinto, que em 2001, enquanto dirigente do Arquivo Municipal de Vila do Conde, obteve uma menção honrosa no concurso sobre a *Qualidade em Serviços Públicos*, lançado no ano anterior pelo Secretariado para a Modernização Administrativa. Defendendo uma nova abordagem dos Arquivos e da Arquivística, a Câmara Municipal de Vila do Conde apresentou-se com um «Projecto de Gestão Integrada do Sistema de Informação Municipal», o qual havia já desencadeado um conjunto de mudanças transversais a diversos organismos da autarquia, com reflexos muito positivos na gestão administrativa e na qualidade dos serviços prestados ao município.

O prémio nacional agora atribuído ao Arquivo do Porto – cujo anúncio é recente, embora só em Julho do próximo ano ele seja formalmente

entregue – dá-se num contexto ligeiramente distinto, pois o processo foi conduzido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais. A obtenção do primeiro lugar neste concurso, por um serviço público de Arquivo, tem significado relevante, na medida em que a *respectiva experiência foi avaliada em confronto com mais de quarenta candidaturas e sobre os mais variados contributos, no âmbito da Administração Autárquica e Modernização*.

A candidatura portuense descreve o respectivo projecto de «Gestão integrada e participada do Arquivo da CMP», sendo de salientar o modo como um júri nacional reconheceu a importância da Gestão da Informação para a vida das organizações camarárias e encontrou, nos procedimentos descritos e nos resultados obtidos, a qualidade suficiente para os distinguir das demais experiências de modernização administrativa que se apresentariam ao concurso.

O projecto da Câmara Municipal do Porto tem um âmbito bastante lato, apresentando como principal ferramenta de gestão a norma EN-ISO 9001:2000 (agora substituída pela 9001:2008). O sistema da gestão da qualidade do Departamento Municipal de Arquivos está certificado desde 2006 e integra duas unidades orgânicas, a nível de Divisão de Serviços. Dispõe de um Manual da Qualidade (que remete para toda a estrutura documental de suporte) e assenta numa rede de seis processos: Planeamento Estratégico; Gestão de Recursos;

Gestão do Sistema de Informação Organizacional; Organização e Representação da Informação; Difusão da Informação; e Monitorização e Melhoria.

O actual sistema é produto de um desenvolvimento continuado e consistente, mas que – devido a problemas de contexto e de meios – se revelou bastante mais lento que o desejado. Neste momento, estão a dar-se passos decisivos na conversão das bases de dados para a nova aplicação informática (GISA), na revisão do *site* da CMP com espaço digno para o Arquivo, na criação de uma *interface web* para serviços on-line e no desenvolvimento de uma unidade central de digitalização (UCD), para apoio à desmaterialização dos processos administrativos. Estribado no projecto, da UCD, este Departamento conseguiu, finalmente, ver iniciada a obra das novas instalações para o Arquivo Geral (à semelhança do que acontecera para o arquivo definitivo, na Casa do Infante) e logrou posicionar-se junto da produção documental, como parceiro estratégico na gestão da informação administrativa. Neste âmbito, estão em curso análises de procedimentos e de controlo da linguagem informacional, assim como estudos para a criação do futuro arquivo electrónico do Município, assente num repositório digital certificável.

Manuel Luís Real

DIRECTOR DE DEPARTAMENTO
DE ARQUIVOS DA CÂMARA
MUNICIPAL DO PORTO

Incorporação da Documentação Alfandegária proveniente da DGAIE ■

A DIRECÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS e dos Impostos Especiais era detentora de dois conjuntos de documentação alfandegária, com um valor inestimável para a história económica, social, financeira e política do país, que, por sua vez, complementam a existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Encontrando-se a Direcção Geral das Alfândegas sem as condições mínimas de preservação, segurança e disponibilização da referida documentação, depositada no edifício da Alfândega de Lisboa, na Rua Terreiro do Trigo. Perante tais factos, no seguimento de uma política arquivística concertada, foram encetadas conversações que culminaram com a incorporação desta mesma documentação no Arquivo Nacional, efectivada nos dias 9 e 10 de Setembro de 2008.

Esta documentação, distintamente organizada, é constituída por um conjunto de documentos inventariados por Francisco Belard da Fonseca em meados do século XX, e um outro conjunto de Códices Aduaneiros Portugueses, ambos guardados na Alfândega de Lisboa.

No inventário de Francisco Belard da Fonseca, manuscritos dos séculos XVI a XIX, está descrita a documentação da Alfândega Grande do Açúcar, Alfândega de Lisboa, Alfândega das Sete Casas, Alfândega do Tabaco, Contadoria da Fazenda da Cidade, Paço da Madeira, Terreiro Público, Porto Franco, Alfândega Municipal, Alfândega Grande de Lisboa, Alfândega do Consumo, Casa Índia (Administração), Directoria Geral dos Estudos (Consultas, exames e concursos do Reino e Ultramar),



Desembargador Antão Bravo de Sousa Castelo Branco (Proveniência e regimentos feitos pelo desembargador), Administração de São Francisco de Paula (Diário da administração da nau de São Francisco de Paula), Obras do Ribatejo (Correspondência dirigida ao Conde de Valadares, registo da correspondência sobre as obras do Ribatejo, Notícias das obras das estradas, lezírias e campos) e Foral do Ribatejo.

Este conjunto documental contempla ainda documentação referente às Alfândegas de Setúbal, Vila do Conde, Aveiro, Faro, Elvas, Peniche, Tavira, Castro Marim, Moura, Lagos, Mourão, Vila Real de Santo António e Tavira.

Quanto aos Códices Aduaneiros Portugueses, manuscritos do século

XIX, é de referir a intervenção (à semelhança do que havia feito Francisco Belard da Fonseca) e inventariação publicada na Alfândega - Revista Aduaneira n.º 13/14 de 1989, constituída, sobretudo, por livros de receita e despesa das seguintes alfândegas: Alcoutim, Almeida, Angra do Heroísmo, Arronches, Aveiro, Barca D'Alva, Bragança, Caminha, Campo Maior, Castelo Branco, Castelo de Vide, Chaves, Elvas, Ericeira, Esposende, Faial (ilha), Faro, Figueira, Freixo de Espada à Cinta, Funchal, Graciosa, Horta, Idanha-a-Nova, Lagos, Mértola, Miranda, Monção, Montalvão,

Mourão, Montalegre, Moura, Olhão, Pederneira, Penamacor, Peniche, Ponte da Barca, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Porto, Sabugal, São Jorge (ilha), São Martinho, Setúbal, Tavira, Terena, Terreiro Público, Valença, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Cerveira, Vila Real de Santo António, Vila Viçosa, Vilar Maior, Vilar Torpim e Vinhais.

Documentação que não se encontra ainda acessível por razões que se prendem com o tratamento arquivístico.

Joaquim Abílio Ferreira Machado

TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA
PRINCIPAL DE ARQUIVO - DIVISÃO
DE AQUISIÇÕES E TRATAMENTO
ARQUIVÍSTICO (ANTT)

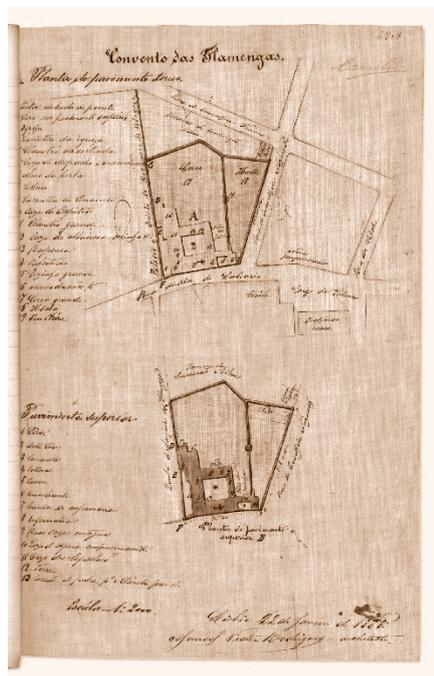
Processos de extinção das casas femininas em Portugal ■

O DECRETO DE 30 DE MAIO de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, determinou a imediata extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à excepção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos Ordinários das dioceses.

Por Decreto e Instruções de 31 de Maio de 1862, do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, regulou-se a execução da Lei de 4 de Abril de 1861, na qual os conventos femininos de Portugal foram extintos – por óbito da última religiosa professa –, sendo incorporados os seus bens nos Próprios da Fazenda Nacional. Embora surgissem outros factores: Decretos de extinção, estando viva a única religiosa; religiosas obrigadas a sair do convento por não constituírem canónica e civilmente o número legal para satisfazer os fins da instituição; o factor idade conducente à incapacidade de administrar as rendas; eventualmente, a religiosa optar por ser transferida para um convento, ou habitar na residência de familiares.

A extinção dessas casas e sequestro dos bens deram origem aos inventários de extinção do fundo Ministério das Finanças, num total de 121 processos. Os inventários foram elaborados antes e depois de suprimida a casa.

A Portaria de 20 de Julho de 1857 mandou elaborar 5 mapas com a indicação da despesa com o sustento das religiosas, as dívidas activas e passivas, o número das conventuais e dos indivíduos de ambos os sexos empregados no seu



PT-TT-MF/DGFF/E/2/67 – Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Quietação, de Lisboa, cx. 1963.

serviço, o serviço do culto, a declaração dos encargos com que esses bens estivessem onerados, entre outros. A Portaria mandava também elaborar cadernos assinados pela prelada da casa, por pessoa autorizada pelo prelado, pelo empregado de Fazenda, e por louvados. Incluem a descrição e avaliação do convento e edifícios anexos, e o seu estado interior, dos prazos, sua situação, qualidade e natureza, nomes dos enfiteutas, importância dos foros e datas dos títulos de empraçamento, valor das propriedades rurais e urbanas livres de foro ou pensão, a sua qualidade e rendimento, e datas dos respectivos títulos (por doação real ou particular); os títulos de Crédito Público e as escrituras de empréstimo feitos com fundos do convento, as alfaias e mais objectos preciosos destinados ou não, ao serviço do culto, pertencentes à comunidade, incluindo painéis, manuscritos e livros impressos de diversos

autores nacionais e estrangeiros, de temática variada, e idiomas diversos.

A Portaria de 20 de Julho de 1857, revelava o desconhecimento do Governo relativamente às casas femininas, apelava à urgente necessidade de se ter exacto conhecimento do seu estado e bens. A Repartição dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, expediu ordens a todas as dioceses, mandando executar inventários, para se poder decidir sobre o destino a dar às casas, e atender às necessidades da comunidade. As preladas dos conventos franquearam os documentos às pessoas e autoridades eclesásticas da comissão; e os delegados do tesouro dos distritos disponibilizaram empregados de Fazenda para a escrituração.

O património artístico, em observância das Instruções da Direcção Geral dos Próprios Nacionais, foi enviado ao Museu Nacional da Academia de Belas Artes e Arqueologia de Lisboa, entre outros; os objectos de culto foram entregues a confrarias e paróquias; outros, vendidos em hasta pública. Os livros, desnecessários à administração de Fazenda, foram entregues ao Inspector dos Arquivos e Bibliotecas Públicas, e a outras instituições.

Os antigos edifícios conventuais, e anexos, tiveram diferentes aplicações: repartições públicas, quartéis militares, hospitais, instituições de assistência; vendidos, e demolidos para abrir arruamentos, conforme plantas existentes e facultadas pelas câmaras municipais de Lisboa, e de outros concelhos. A igreja, quando não foi desactivada, passou a funcionar como paróquia.

Maria Filomena de Sequeira Carvalho

TÉCNICA SUPERIOR

A Conservação do Arquivo Antero de Seabra ■

NO PASSADO MÊS DE JULHO iniciaram-se os trabalhos de conservação do arquivo fotográfico Antero de Seabra, que é composto por cerca de 1000 espécies, entre vidro, películas em nitrato de celulose, acetato de celulose e provas fotográficas (maioritariamente em albumina). Fazem também, parte deste acervo uns óculos *Vérscope* em metal para visualização de imagens estereoscópicas. A grande maioria das espécies é monocromática, excepção feita a alguns diapositivos. Relativamente aos formatos, existe uma grande variedade de tamanhos, desde o 35mm até ao 13×18cm.

É de realçar a identificação de algumas imagens, a maior parte das vezes, no próprio original, ou em papel anexo dentro da caixa, com indicações do local e da data ou então do assunto e da data. Desta análise conclui-se que a maioria do acervo terá sido produzido ente 1911 e 1932; os negativos em 35mm (ainda em rolo) e os diapositivos a cores estão datados de 1968, já não fazem parte da produção de Antero de Seabra, pois ele faleceu em 1952.

Uma pequena quantidade de imagens apresenta retoques, efectuados no suporte com uma cera vermelha opaca, com o objectivo de realçar algumas zonas menos contrastadas. Foram também encontradas máscaras realizadas em cartolina preta, com a finalidade de enquadrar apenas o que se pretendia da totalidade de uma determinada imagem.

Estado de conservação

O referido arquivo foi entregue à DGARQ dentro de dois pacotes de cartão, contendo 39 caixas e 26 rolos com as referidas espécies. As caixas utilizadas para acondicionar o acervo foram as originais que continham as placas de vidro da época, tais como



Pacote 2, contendo as caixas com as espécies estereoscópicas, os rolos 35mm e os diapositivos.

a *The Imperial*, *Ilford*, *AGFA*, *VARIETA*, entre outras. Estas embalagens são constituídas por cartão vulgar com altos índices de acidez, contribuindo para a sucessiva degradação das imagens. Apesar destas condições, serão conservadas, devidamente identificadas, por serem testemunho das preferências fotográficas da época, bem como da variedade de suportes então disponíveis.

Verificou-se que a maioria das espécies se apresentava com um grau de sujidade elevado, com riscos e dedadas, tanto nos suportes como nas emulsões, manifestando assim as condições inadequadas em que este acervo esteve sujeito ao longo do tempo. Para além destas deteriorações, cerca de 15% dos vidros encontram-se partidos, rachados e com emulsão solta. As deteriorações mais frequentes nas imagens são o espelho de prata (designação dada ao aparecimento de zonas cor de chumbo, brilhantes) e o amarelamento, geralmente na periferia. Nos suportes em nitrato de celulose destacam-se o amarelamento e as colónias de fungos. No que toca às provas fotográficas, o suporte apresenta-se enrolado e as imagens desvanecidas, ou seja, com perda de visibilidade e pormenor.

Metodologia e critérios de intervenção

A proposta de tratamento identificou as modalidades de intervenção especificamente para cada suporte,

tendo como prioridade exactamente a separação das espécies pelas suas características físicas. Como não existia uma numeração original, as caixas receberam uma numeração simples e sequencial, possibilitando assim uma breve análise das quantidades, formatos e estado de conservação.

Dentro da metodologia adoptada destacam-se os seguintes aspectos:

Prioridade no tratamento dos vidros, por ser o suporte mais frágil e por nos parecer também o mais antigo. Este tratamento engloba a limpeza e a estabilização dos suportes e emulsões.

Os negativos em nitrato de celulose serão acondicionados e separados da restante documentação.

Nas provas fotográficas, além da limpeza dos suportes e emulsões, terão de ser efectuadas as planificações dos suportes.

Optou-se também por deixar intactos os retoques fotográficos, respeitando assim uma operação técnica realizada com um fim específico.

Para os óculos estereoscópicos será construída uma embalagem apropriada em cartão *acid-free*.

Cada espécie é acompanhada de uma ficha indicando o número provisório, a descrição física do original, o estado de conservação, a descrição dos tratamentos efectuados, o acondicionamento, o nome do técnico responsável e a data da intervenção.

Como nota final, gostaria de assinalar que é sempre uma experiência valiosa poder trabalhar com estes tipos de materiais, dando a resposta mais adequada a cada situação e assim poder contribuir para a preservação e acesso do nosso património.

Carla Freitas Lobo

TÉCNICA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO
E RESTAURO

INFORMAÇÕES

Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

Arquivo Municipal de Albergaria ■

Rua Castro Matoso | 3500-095 Albergaria-a-Velha | Tel. 234 529 300



A CÂMARA MUNICIPAL de Albergaria-a-Velha inaugurou, no passado dia 21 de Novembro, as instalações do Arquivo Municipal num edifício recuperado e destinado à exclusiva função de Arquivo (Edifício da Cadeia Velha – 1909). Do acervo histórico faz parte a documentação dos extintos Concelhos de Angeja (séc. XVIII), Paus (séc. XIX), Pinheiro da Bemposta (séc. XIX) e Águeda (séc. XIX).

O valor total da candidatura para execução da obra em causa ascendeu a cerca de € 325.378, participando a DGARQ, no ano 2007, com o valor de € 128.780. ◇

Arquivo Municipal de Vila do Conde ■

FORAM INAUGURADAS, NO PASSADO DIA 14 DE DEZEMBRO, as instalações do Arquivo Municipal no Solar de S. Sebastião, edifício recuperado e destinado à função de Arquivo e Museu Municipal,

A DGARQ apoiou financeiramente a Autarquia de Vila do Conde, com o valor total de € 578.680, ao abrigo do Acordo celebrado no âmbito do PARAM.

O Concelho de Vila do Conde detém um importante acervo documental cujas datas extremas se situam entre os séculos XII a XXI. ◇

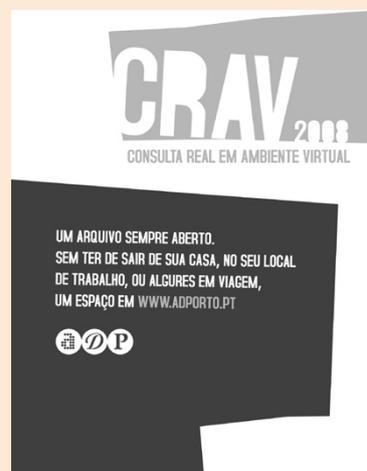


Arquivo Distrital do Porto

Um Arquivo sempre aberto! ■

O PROJECTO CONSULTA REAL em Ambiente Virtual, complemento natural da pesquisa e leitura de documentos através da *Internet*, disponível desde Abril de 2004 no sítio do Arquivo Distrital do Porto, foi apresentado, no passado dia 12 de Dezembro.

Para mais informações:
www.adporto.pt



Bibliófilos visitam Arquivo Nacional da Torre do Tombo ■

A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL de Bibliofilia, no decurso de Colóquio organizado em Lisboa, promoveu, no dia 24 de Setembro, através do seu representante Dr. Pedro de Azevedo, uma visita à Torre do Tombo, na qual participaram 150 bibliófilos de diversas nacionalidades.

Dos trinta documentos expostos, quase todos de Casa Forte, destacamos dois Armoriais do Século XVII, pertencentes a um dos visitantes e que se encontram em depósito neste Arquivo. ◇

AGENDA

Exposições



O Livro Vermelho de um Fotógrafo Chinês Fotografias de Li Zhensheng

EXPOSIÇÃO PATENTE ATÉ 15 DE MARÇO DE 2009

A CONSCIÊNCIA do fotógrafo reside, como bem sabemos, no valor ético e estético que empresta às suas imagens. E Li Zhensheng, que suportou as contensões de vida revolucionária, que teve de aceitar a manipulação das suas imagens, que acabou por ser vítima das Brigadas Vermelhas a que pertencia com orgulho e que foi obrigado a sujeitar-se ao trabalho forçado de uma escola de reeducação, escondeu e guardou num esconderijo do soalho, os negativos e as notas de todas as suas imagens.



[In www.cpf.pt]

Na China 2006 Fotografias de Fernando Penim Redondo

EXPOSIÇÃO PATENTE ATÉ 8 DE FEVEREIRO DE 2009

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA constituída por cerca de 170 fotografias e produzida por ocasião de uma visita do fotógrafo à China em Abril de 2006. Pretende mostrar os contrastes entre a modernização galopante e a persistência dos velhos costumes nesse gigantesco país. Durante o ano de 2007 a exposição percorreu cidades como Abrantes, Alhandra, Batalha, Beja, Cascais, Lisboa, Moita, Sines e Torres Vedras, tendo também sido mostrada em Câmaras, Bibliotecas e Galerias Municipais. ♦

Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto Portugal
Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311 · email@cpf.pt · www.cpf.pt
Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00
Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 – Entrada Livre



Os Arquivos no Diálogo Intercultural

30 DE OUTUBRO DE 2008

30 DE JANEIRO DE 2009

O ARQUIVO NACIONAL DA TORRE do Tombo associa-se ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural com a exposição *Os Arquivos no Diálogo Intercultural*.

Pensar o diálogo intercultural do séc. XXI é também estabelecer o diálogo entre papéis e pessoas.

Os arquivos participam neste diálogo acompanhando o quotidiano dos cidadãos, através dos documentos, preservando a memória e participando num processo de negociação da Interculturalidade, enquanto prova dos direitos dos cidadãos.

A mostra é simultaneamente um convite para percorrer diferentes épocas e situações, através dos documentos que registaram percursos, processos e pessoas, levando o visitante a reflectir sobre a questão: *Que futuro para este passado?* ♦

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alameda da Universidade · 1649-010 Lisboa
Tel. 217 811 500 · Fax. 217 937 230
grec@dgarq.gov.pt
Horário: de segunda a sexta: das 10h00 às 19h00
Sábados: das 09h30 às 12h30 – Entrada Livre